Trabalho apresentado no 13º CBCENF

Título: A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM FRENTE A EXCLUSÃO SOCIAL DA SAÚDE DA MULHER

Relatoria: MIRIAN ROSE FRANCO TEIXEIRA

Autores: IRENE DE JESUS SILVA
MIRIAM DE OLIVEIRA CHAVES
JOICE DOS REIS SOUZA
EDIELBA DA SILVA MELO

Modalidade: Pôster

Área: Autoridade, poder e cidadania

Tipo: Pesquisa

Resumo:

INTRUDUÇÃO: Escorel apresenta diferentes dimensões para a exclusão social no Brasil: econômica, cultural/ética e a desumanizadora. A situação de pobreza afeta diretamente a saúde dos excluídos, aumenta suas demandas sociais e dificulta seu acesso aos direitos e serviços, são eles os mais expostos às doenças endêmicas, infecciosas, crônico-degenerativa e traumática, e que têm maiores dificuldades de acesso à prevenção e à cura desses agravos. A mulher está inserida em vários grupos de excluídos e é discriminada, conforme sua etnia, religião, opção sexual, idade, moradia, entre outros aspectos. Como profissionais da saúde, os enfermeiros não estão livres de deparar-se com situações em que serão colocados de frente com essas questões, e será importante que tenham tido a oportunidade de pensar criticamente sobre elas. OBJETIVOS: Listar os indicadores de exclusão. Ampliar e fortalecer os canais de participação social, sensibilizar os enfermeiros, a fim de transmitir e fortalece neles uma cultura democrática, participativa e solidária, pratica educativa como um processo de construção do sujeito e promoção da saúde. METODOLOGIA: Foi adotado uma revisão bibliográfica, através de livros e artigos sobre o tema exclusão social e a saúde da mulher e a atuação da enfermagem na assistência das mulheres excluídas. RESULTADOS: Segundo FERNANDES a realidade é que os serviços de saúde e os profissionais da área não estão preparados para o atendimento das mulheres excluídas pela peculiaridade de suas necessidades de saúde. Nesse sentido, a compreensão da determinação social do fenômeno saúde-doença e de suas implicações mostra-se fundamentalmente no estabelecimento das intervenções adequadas e possíveis de serem adotadas. Como enfermeiros, não se deve nunca deixar pautar pelo tipo de padrão assistencial excludente colocado em prática em muitos serviços de saúde. CONCLUSÃO: Os enfermeiros não podem desconhecer essa realidade de exclusão da saúde da mulher e, muito menos, reproduzir atitudes preconceituosas e discriminatórias, a inserção de julgamento deve ser preponderante quando se depara com situações em que a pessoa a ser cuidada não se enquadra nos padrões morais e éticos de costume. Os direitos existem formalmente, mas a mulher excluída vê-se impossibilitada de apresentar-se na esfera pública e de obter o reconhecimento de sua legitimidade social, visto não encontrarem nenhuma lei que a proteja e lhes confira o estatuto de cidadã.